

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.623.737 - RJ (2019/0346851-5)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : SPE30 ITAGUAI EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO S.A
ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES - RJ085888
MARCOS PITANGA CAETE FERREIRA E OUTRO(S) - RJ144825
THIAGO PEIXOTO ALVES - SP301491
NATÁLIA MIZRAHI LAMAS - RJ129623
PATRICIA KLIEN VEGA - RJ208207
JOÃO FELIPE VIANNA MARTINS DE ALMEIDA - RJ200664
AGRAVADO : ALEXANDRE ROCHA DE FREITAS
AGRAVADO : ATLANTES OPERACOES ESTRUTURADAS LTDA
AGRAVADO : MARCUS VINICIUS DE ABREU E SILVA BUSCHMANN
ADVOGADOS : MARCUS VINÍCIUS BUSCHMANN - RJ102765
SAMIR ABDALLA BARROS TAUIL E OUTRO(S) - RJ151067

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. JUÍZO DE PISO QUE DETERMINOU A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO SEM ANTES TER CONVOLADO O ARRESTO EM PENHORA. CITAÇÃO POR EDITAL DOS EXECUTADOS QUE APRESENTARAM EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 830, § 3º, DO CPC, ANTE A INTEGRAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICO-PROCESSUAL PELO EXECUTADO, QUANDO DA INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. DECISÃO TERATOLÓGICA QUE MERECE REFORMA. DECISÃO DO JUÍZO DE PISO QUE VIOLA O DISPOSTO NO ART. 919, §1º DO CPC, ANTE A INEXISTÊNCIA DE GARANTIA. RECURSO QUE SE DÁ PROVIMENTO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 506 - 511, e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alega a agravante, em suma, violação aos artigos 919, § 1º, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta a nulidade do acórdão por omissão quanto à tese de que o juízo

da execução estaria garantido pelo imóvel objeto da lide, razão pela qual deveria ter sido conferido efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto na origem.

Defende que "o acórdão recorrido violou frontalmente o art. 919, §1º, do CPC, na medida em que fundamentou a impossibilidade de suspensão da execução única e exclusivamente na ausência de garantia do juízo, a despeito de ter convolado o arresto do imóvel da recorrente em penhora" (e-STJ, fls. 519 - 520).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 541 - 543), pugnando o não provimento do recurso.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 546 - 553, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Assiste parcial razão à parte agravante.

Ao afastar a pretensão de efeito suspensivo aos embargos de declaração, a Corte local fundamentou a medida com base na ausência de garantia do juízo, todavia, determinou a convolação do arresto, incidente sobre o imóvel em litígio, em penhora, conforme se verifica do trecho do acórdão abaixo reproduzido (e-STJ, fls. 489 - 491):

Com efeito, corretas as alegações do recorrente de que a regra geral é que o oferecimento dos embargos à execução não tem condão de paralisar a execução.

Ora, é indispensável a garantia do juízo para que seja atribuído efeito suspensivo aos embargos. A legislação processual prevê que o meio de defesa do executado deve ser exercido mediante uma ação cognitiva autônoma. Significa dizer, que os embargos do executado são, pois, processo autônomo, incidente à execução, de natureza cognitiva, dentro do qual se poderá apreciar a pretensão manifestada pelo exequente, para o fim de verificar se a mesma é procedente ou improcedente.

Nessa toada, temos que os embargos à execução possuem uma relação de prejudicialidade com a ação executiva, uma vez que o desfecho desta é influenciado de sobremaneira pelo julgamento

daqueles.

Com efeito, a apreciação dos embargos pode ensejar na extinção da execução, ou na redução do crédito exequendo. Como se trata de um processo de conhecimento, as matérias que podem ser aventadas nos embargos à execução de título executivo extrajudicial são extensas, consistindo em qualquer questão de defesa do executado.

No entanto, para que os embargos tenham efeito suspensivo, é preciso o atendimento de alguns requisitos: i) requerimento do embargante; ii) relevância dos fundamentos; iii) perigo de dano grave e de difícil reparação; e iv) garantia do juízo por penhora, depósito ou caução suficientes.

In casu, após uma análise detalhada dos autos do processo principal e dos embargos, é notória a ausência de preenchimento dos requisitos previstos para a concessão aqui combatida, mais precisamente, a ausência de garantia da execução.

Portanto, inexistente a garantia, restam descumpridos os requisitos do artigo 919, §1º, do CPC/15, verbis:

(...)

Por fim, deve, ainda, prosperar o pleito do exequente de convalidação do arresto em penhora (grifamos).

Isto porque, o Agravado foi intimado, conforme fls. 528 dos autos de nº 0276284-04.2016.8.19.0001, tendo, inclusive, apresentado embargos à execução, tudo nos termos dos artigos 830, 841, § 2º e 275, §2º do CPC, in verbis:

Nesse contexto, a parte agravante instou a Corte local, por meio de embargos de declaração, a se pronunciar acerca da existência de garantia do juízo, em virtude da penhora sobre imóvel de sua propriedade, para fins de concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução.

No ponto, a Corte local foi omissa quanto ao tema, se limitando a alegar, de forma genérica, que não houve vício no acórdão a ser sanado por embargos de declaração.

Informou, o Tribunal de origem, que a pretensão da parte seria de rejugamento da matéria, rejeitando acolhimento aos embargos de declaração, sem se pronunciar sobre a matéria elencada como omissa pela parte. Nesse contexto, ressoa nítida a nulidade da decisão em comento, por omissão, impondo-se o retorno dos autos para que seja sanado o vício.

Superior Tribunal de Justiça

Em face do exposto, conheço do agravo, e dou parcial provimento ao recurso especial, terminando o retorno dos autos à origem para que aprecie a alegação de existência de garantia do juízo na hipótese dos autos, consistente na penhora de imóvel, e acaso entenda de direito, confira efeitos infringentes aos embargos de declaração no que concerne à concessão do pretendido efeito suspensivo. Prejudicada a análise dos demais temas, em virtude da possibilidade de alteração do resultado do julgamento na origem.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora